

# A guerra de Exu

VAMIREH CHACON

Desgraçadamente ainda existem muitos casos de conflitos familiares e políticos levando com frequência à recíproca destruição de gerações sucessivas no interior rural do país.

Mas este caso da chamada "guerra de Exu" já ultrapassou todos os limites. Agora transborda para as ruas do Recife, com o homicídio escancarado de duas vítimas num carro junto a um sinal luminoso, em plena luz do dia. Não há mais para onde ir. Chegou-se ao máximo.

Claro que o problema é social e antigo.

Não há nem rei nem lei nos sertões brasileiros.

Todo mundo sabe que Imperatriz, na divisa do Maranhão com Goiás, é pleno "Far-West" brasileiro. Anda-se armado até os dentes pela rua e aí da autoridade que se dignar a impor o desarmamento. E se não existe o físico, material, recolhendo as armas das leves às pesadas, apresenta-se impossível o desarmamento psicológico.

Também tenho na família uma demonstração prática disto.

O Coronel do Exército na ativa, meu primo Aduato Gomes Barbosa, foi assassinado de dia dentro de um quartel, pela própria sentinela, em Macaíó há poucos anos. Ele sucedera a um outro Secretário de Segurança Pública assassinado. Resolveu então atacar a raiz dos males: o sindicato da morte e a máfia sertaneja da maconha; começou a desarmar todos os partidos e a erradicar a erva pelos campos afora. Recebeu ameaçadora advertência, dando-lhe prazo para voltar atrás. Encontrei-o de passagem pelo Recife, por coincidência no momento em que liamos a referida manchete num jornal de grande circulação.

Perguntei-lhe o que achava.

Respondeu-me que cumpria uma difícil missão, confiada a ele, oficial de elite, diretamente por generais comandantes do IV Exército e da VII Região Militar sediados no Recife. Argumentei, com o meu pobre sociólogo, que aquele era problema sobre o qual nem as Forças Armadas não tinham (e continuam não tendo) poder, porque era e continua estrutural, enraizado há séculos na sociedade brasileira, e que só mudanças profundas na sociedade agrária encaminhariam soluções concretas. Nada, porém, demoveu o bravo Coronel do cumprimento da sua tarefa. Até o ponto de morrer por ela.

Presenciei o seu sepultamento com honras militares no Recife, ao lado da sua e minha família. Grandes e queridos amigos.

Diz-se, com razão, que a estrada de rodagem destruiu o cangaceiro clássico. Lampião sabia tão bem disto que nunca

poupou a vida de um engenheiro, embora também liquidasse os bacheréis responsáveis pela máquina do Estado... Do fundo da sua brutal ignorância, ele continuava muito inteligente após o combate e durante ele, derrotando colunas sem fim de polícias militares estaduais igualmente armadas até os dentes, as chamadas "volantes", tão temidas pelo povo quanto os próprios bandidos... Porque ambos usavam a pior brutalidade.

Depois surgiu o que talvez pudéssemos definir com o neocangaceirismo, pois suas raízes sociais estavam intactas: o latifúndio improdutivo beneficiando-se das estiagens, no fenômeno que Antônio Calado, ora professor visitante na Universidade de Columbia em Nova Iorque, definiu como sendo o da "indústria das secas". Que também agora está escandalizando a nação com este vergonhoso escândalo da agência sertaneja do Banco do Brasil em Floresta do Navio e seus empréstimos fantasmas aos mesmos ladrões de sempre.

Esse tipo de nordestino é o pior inimigo do Nordeste.

Diminui muito, embora não de todo, a autoridade dos nordestinos clamarem contra os abusos do Centro-Sul.

Corrupção e opressão representam ainda o caldo de cultura para o micróbio do neocangaceirismo, pior que o anterior, pois sofisticado em armas e superfinanciado por verbas desviadas dos cofres públicos ou oriundas até da maconha, enquanto não decide plantar a coca, sempre certo da impunidade.

Mas, repita-se, é um problema social, profundo, histórico.

Não adianta despachar mártires para a arena. Os interessados sabem muito bem, por longas experiências pessoais, que eles são um dos Brasis dentro do Brasil, mais um Estado dentro do Estado, capaz de gerar e gerir suas próprias leis. Leis de Herodes.

Os governadores estaduais devem receber o máximo apoio e incentivo no combate implacável a estes bolsões que resistem à autoridade legítima. Sempre se lembrando que a questão tem o seu aspecto repressivo policial, mas também suas implicações econômicas e políticas.

Do contrário, a repressão frustra-se, se não se virar, num bumerangue, contra quem ousar praticá-la. A guerra de Exu representa apenas a ponta visível desse estranho "iceberg" social tropical. Por baixo viceja toda sorte de injustiças estruturais urgindo rápida solução, para o Brasil finalmente incorporar estes amplos e verticais bolsões refratários à paz e ao trabalho honesto. O dos empresários pioneiros e fazendeiros atentos ao desenvolvimento do país, que também existem e são prejudicados pela má reputação que se alastra.